

Relatório da iniciativa



**Inquérito aos/às candidatos/as a deputados/as à Assembleia
da República sobre assuntos-chave relacionados
com a conservação do oceano**



25 de janeiro de 2022

Contexto

Em antecipação das eleições de 30 de janeiro de 2022 que formarão a Assembleia da República, a Sciaena realizou um inquérito às 21 candidaturas acerca do seu posicionamento sobre assuntos-chave relacionados com a conservação do oceano.

A Sciaena tem acompanhado, desde 2006, várias políticas nacionais, europeias e internacionais fundamentais para a conservação marinha, nomeadamente, por exemplo, a implementação da Política Comum das Pescas (PCP) e, mais recentemente, a Diretiva relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente.

Para a organização, é estratégico que o meio marinho seja uma das áreas de governação com maior ênfase nos próximos quatro anos, não só devido aos fatores de stress que contribuem para a degradação do mesmo, como a sobrepesca, a poluição, a degradação do habitat ou as alterações climáticas, mas também devido à importância do oceano no assegurar de alimentos, empregos e melhor qualidade de vida em geral. Também o posicionamento de Portugal como um país marítimo e a importância dada aos vários sectores da economia azul na Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica e posteriormente no Plano de Recuperação e Resiliência, a par da coorganização da Conferência dos Oceanos, permitem afirmar que este terá que ser um tema central para os integrantes da Assembleia da República.

Assim, a Sciaena considera que é extraordinariamente importante que os eleitores portugueses estejam elucidados sobre as opiniões e os programas eleitorais dos vários partidos portugueses candidatos à Assembleia da República. Com essa finalidade, o inquérito foi enviado a todas as sedes de campanha. As 20 perguntas abrangeram nove áreas da conservação marinha: pescas, áreas marinhas protegidas, lixo marinho, recursos não vivos, transporte marítimo, governança e transparência, financiamento, controlo e monitorização e marítimo-turísticas. Este questionário foi disponibilizado *online* e as questões que o integram, bem como as respostas dadas, podem ser encontradas abaixo.

Lista dos partidos candidatos às eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022
(com indicação dos que responderam)

	Partido	Resposta
ADN	Alternativa Democrática Nacional	✓
Aliança	Aliança	
BE	Bloco de Esquerda	✓
CDS-PP	CDS-Partido Popular	✓
CDU	Coligação Democrática Unitária	✓
Chega	Chega	✓
Ergue-te	Ergue-te	✓
IL	Iniciativa Liberal	
JPP	Juntos Pelo Povo	✓
Livre	Livre	✓
MAS	Movimento Alternativa Socialista	✓
MPT	Movimento Partido da Terra	✓
Nós, Cidadãos	Nós, Cidadãos	✓
PAN	Pessoas Animais Natureza	✓
PCTP/MRPP	Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses	
PPM	Partido Popular Monárquico	✓
PPD/PSD	Partido Social Democrata	✓
PS	Partido Socialista	✓
PTP	Partido Trabalhista Português	
RIR	Reagir Incluir Reciclar	✓
Volt Portugal	Volt Portugal	✓

Questões e áreas temáticas enviadas para as 21 candidaturas

A – Pescas

- A1** Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, desenvolverá todos os esforços para assegurar que as populações de espécies exploradas pela frota nacional são mantidas acima de níveis que podem gerar o rendimento máximo sustentável, em linha com o definido nos objetivos da Política Comum das Pescas (PCP)?
- A2** Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, apresentará e/ou apoiará propostas legislativas para incentivar a utilização de artes de pesca ou métodos de pesca mais seletivas, com menor impacto no ambiente (incluindo espécies sensíveis) e baixo consumo energético, em linha com o descrito no artigo 17º da PCP?
- A3** Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, dedicará todos os esforços para que as quotas pesqueiras e outras medidas de gestão da pesca sejam definidas seguindo os pareceres científicos?

B – Áreas Marinhas Protegidas

- B1** Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, desenvolverá todos os esforços para que Portugal cumpra o compromisso estabelecido na Diretiva-Quadro Estratégia Marinha de classificar 30% do seu território marinho como protegido?
- B2** Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, apoiará todos os esforços para que Portugal crie planos eficazes de gestão, monitorização e conservação para as AMP da Rede Nacional que respondam às necessidades locais e nacionais?

C – Lixo Marinho

- C1** Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, apoiará todos os esforços para implementar uma rede de recolha, armazenamento e reciclagem das artes de pescas perdidas levando em consideração o disposto na Diretiva Europeia dos Plásticos de Uso Único (EU 2019/904) sobre responsabilidade alargada do produtor?
- C2** Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, desenvolverá todos os esforços para inserir as alterações necessárias na legislação de forma a que seja possível a adoção de medidas eficazes para redução, reutilização, reciclagem e gestão de resíduos, conforme os princípios da economia circular?
- C3** Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, acompanhará a implementação da Lei nº 69/2018, para assegurar a adoção de um sistema de depósito com retorno para embalagens de bebidas que englobe todos os materiais (plástico, vidro e alumínio), que contemple um valor de depósito favorável à adesão dos consumidores e que assegure uma articulação eficiente com os sistemas de incentivo à reutilização?

D – Recursos não vivos

- D1** Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, desenvolverá uma profunda revisão ou revogação do Decreto-Lei 109/94, que estabelece o regime jurídico das

atividades de prospeção, pesquisa e produção de petróleo, para o tornar concordante com a Lei de Bases do Clima, dentro dos prazos estabelecidos?

D2 Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, apoiará uma moratória à mineração em mar profundo em território nacional?

D3 Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, incentivará o desenvolvimento e implementação de alternativas de economia circular que adiem ou anulem a necessidade de iniciar explorações no mar, incluindo o fim da obsolescência programada e o direito à reparação?

E – Transporte marítimo

E1 Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, desenvolverá todos os esforços para implementar medidas destinadas a aumentar a eficiência energética, incluindo o desenvolvimento de designs mais recentes e eficientes, fontes de energia renováveis e abastecimento de energia nos portos dos navios de transporte de carga e de passageiros?

F – Governança e transparência

F1 Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, apoiará todos os esforços para implementar e assegurar processos de decisão transparentes e envolvimento de *stakeholders* na tomada de decisão?

G – Financiamento

G1 Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, desenvolverá todos os esforços para reforçar o orçamento de Estado para a investigação científica em pescas e conservação do meio marinho?

G2 Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, defenderá uma alocação de 25% do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquacultura (FEAMPA) para iniciativas de conservação do meio marinho, controlo e monitorização da pesca?

G3 Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, apoiará esforços para proibir subsídios à pesca que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, assim como os subsídios que contribuem para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, como preconizado pelo ponto 6 do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 14?

H – Controlo e monitorização

H1 Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, defenderá a instalação de sistemas de localização geográfica nas embarcações de pequena pesca (menores de 12m), assim como proposto pela Comissão Europeia, de forma a melhor conhecer a distribuição do esforço de pesca?

H2 Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, apoiará a implementação de um sistema de diário de bordo eletrónico nesta secção da frota, de modo a obter mais e melhores dados sobre as capturas?

H3 Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, desenvolverá ou apoiará propostas que tornem obrigatória informação sobre a rastreabilidade, desde o ponto de origem até ao ponto de venda, em todos os produtos de pescado?

I – Marítimo-turísticas

I1 Se for eleito/a deputado/a à Assembleia da República, apoiará o desenvolvimento de uma regulamentação sobre as atividades marítimo-turísticas que permita a redução dos seus impactos e estipule regras específicas para esta atividade em zonas de proteção especial?

A cada pergunta foram dadas três hipóteses de resposta:

- “Sim”, em que o/a candidato/a assume que está totalmente comprometido/a com a conservação do meio marinho no que toca ao assunto em causa e alinhado/a com a visão das organizações ambientalistas e, em particular, da Sciaena.
- “Não”, em que o/a candidato/a assume que a dimensão da conservação do meio marinho colocada na questão não representa uma prioridade para o seu partido nem para o próximo mandato ou não concorda com a visão da Sciaena.
- “Outra opção”, em que o/a candidato/a não se identifica com nenhuma das respostas anteriores e elabora uma resposta original. O/a candidato/a demonstra assim querer clarificar um pouco mais a sua posição ou tem reservas quanto ao grau de prioridade que deve dar ao assunto.

Ao longo de três semanas, foram contactadas (via *e-mail* e telefonicamente) as 21 sedes de campanha, tendo sido obtidas respostas de 17. Pedia-se que o inquérito fosse encaminhado para quem iria assumir a pasta que englobe a conservação marinha na próxima legislatura.

Análise das respostas

As respostas foram analisadas e classificadas pela equipa da Sciaena segundo o seguinte sistema:

- Verde | concordante com as posições da Sciaena
- Vermelho | discordante das posições da Sciaena
- Amarelo | apenas em parte concordante com as posições da Sciaena, não clara ou não respondida

Resultados e conclusões

De um modo geral, os partidos responderam de forma positiva, demonstrando-se disponíveis para apoiar, dinamizar ou promover medidas que visem alcançar um oceano saudável e resiliente. Os/as candidatos/as a deputados/as mostraram-se empenhados/as em trabalhar em prol da conservação do meio marinho, parecendo responder às preocupações ambientais cada vez mais expressas por cidadãos de todo o mundo.

Uma análise mais atenta às respostas recebidas permite perceber que as áreas mais alinhadas com a visão da proteção do ambiente foram as respeitantes às matérias ligadas a “lixo marinho” e “transporte marítimo”. Por outro lado, as respostas que geram mais preocupação e que não se mostram tão perscrutoras da conservação do meio são as relacionadas com “recursos não vivos”, “financiamento” e “controlo e monitorização”.

A todos os abordados, e em cada pergunta, foi dada a possibilidade de acrescentar considerações que considerassem pertinentes e as respostas encontram-se integralmente transcritas nos Quadros 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 (abaixo). A infografia/quadro-síntese com todas as posições dos partidos políticos encontra-se na Figura 1.

Mais detalhadamente, o tema “pescas” revelou relativo consenso e alinhamento com as posições mais conservacionistas, tendo sido a questão relacionada com o Rendimento Máximo Sustentável, e a necessidade de explorar os recursos pesqueiros a esse nível, a que gerou mais discórdia.

Também as respostas às questões relacionadas com “Áreas Marinhas Protegidas” e “lixo marinho” se revelaram no geral concordantes com as posições defendidas pela organização, o que pode dever-se ao facto de serem dois temas que têm sido bastante discutidos na esfera pública e alvo de legislação progressista nos últimos anos e/ou para os quais têm sido celebrados compromissos ambiciosos tanto a nível nacional como comunitário. É inclusivamente na temática “Lixo marinho” que se encontra uma das duas únicas questões a que todos os partidos sem exceção responderam de acordo com a visão da Sciaena. Este facto é particularmente relevante na questão relativa à adoção de um sistema

de depósito com retorno para embalagens de bebidas, tendo em conta a urgência que recairá sobre o novo Governo para finalmente implementar a Lei nº 69/2018.

A área “recursos não vivos” e, em particular, a defesa da implementação de uma moratória à mineração em mar profundo foi um dos temas que colheu menos unanimidade por parte dos partidos políticos e parece haver, de um modo geral, acordo quanto à necessidade de implementar verdadeiras alternativas para dar lugar à economia circular, legislar para o direito à reparação e combater a obsolescência programada.

“Transporte marítimo” e “governança e transparência” foram as temáticas em que houve mais acordo por parte das candidaturas, pelo que não se antevê muita oposição num futuro Governo a implementar medidas que permitam promover a eficiência energética, fontes de energia renováveis e abastecimento de energia nos portos dos navios de transporte e medidas que aumentem o escrutínio e transparência do exercício de poderes dentro da Assembleia.

As posições mais conservacionistas relacionadas com “financiamento” tiveram alguma oposição, particularmente quando se particularizou na alocação de 25% do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquacultura (FEAMPA) para iniciativas de conservação do meio marinho, controlo e monitorização da pesca. Foi também, no entanto, nesta categoria que se situou a segunda questão que teve unanimidade no “sim”, demonstrando que todos os partidos são favoráveis ao reforço do orçamento de Estado para a investigação científica em pescas e conservação do meio marinho.

“Controlo e monitorização” foi o campo que recolheu mais posições discordantes em toda a iniciativa, tendo alguns partidos demonstrado reservas quanto à operacionalização, necessidade e legitimidade da implementação de alguns mecanismos de controlo e monitorização para melhorar o conhecimento do estado das pescas em Portugal (e, por inerência, na União Europeia). Vale a pena referir que o Regulamento de Controlo da UE está a ser revisto atualmente e que a Sciaena, como parte da coligação de Organizações Não Governamentais de Ambiente que acompanha o processo, tem recomendações muito específicas, nomeadamente para a pesca de pequena escala¹.

O último tópico abordado, “marítimo-turísticas”, foi relativamente consensual e também se esperam políticas e medidas progressistas nesta área na próxima legislatura.

De um modo geral, a participação e elevada taxa de resposta dos partidos foi algo que agradou a Sciaena, ficando a expectativa de que os/as futuros/as deputados/as coloquem a

¹ <https://www.sciaena.org/pt/414-pesca-de-pequena-escala-factos-e-beneficios-do-sistema-de-localizacao-e-captura> e <https://www.sciaena.org/pt/415-webinar-destaca-vantagens-de-um-melhor-controlo-e-monitorizacao-para-a-pesca-de-pequena-escala>

agenda do mar e sua conservação alto nas suas prioridades e na tomada de decisões e medidas efetivas.

Há apenas a lamentar a falta de respostas de quatro partidos, um dos quais com assento parlamentar na legislatura 2019-2022 que, tendo sido persistentemente contactados, não fizeram chegar as suas opiniões. Todos/as os/as cidadãos/as beneficiarão de uma gestão e governança mais transparentes e obter respostas de todos os partidos teria fortalecido a iniciativa.

O TEU VOTO É FISH?

Fizemos 20 perguntas sobre 9 temas relacionados com a saúde do nosso MAR. Confere aqui os resultados.



Figura 1 – Infografia final para apresentação pública dos resultados

Quadro 1 – Respostas dos partidos e respetivos comentários sobre a área temática “Pescas”

(legenda: verde – concordante com as posições da Sciaena; amarelo – apenas em parte concordante com as posições da Sciaena, não clara ou não respondida; vermelho – discordante das posições da Sciaena; cinzento – sem resposta)

	A – Pescas		
	A1	A2	A3
ADN	Pergunta mal estruturada		
Aliança			
BE			
CDS-PP			
CDU	A Política Comum de Pescas é uma política supranacional que não poucas vezes se sobrepõe a outros interesses que não os do País, nem sequer os da sustentabilidade ambiental dos oceanos. Portugal, em cooperação com outros países, deverá desenvolver a sua própria capacidade de monitorização e gestão dos recursos marinhos, desenvolvendo a pesca de forma sustententável enquanto sector com futuro	A Política Comum de Pescas da UE tem contribuído para o definhamento económico deste sector no nosso País. Portugal precisa de medidas que apoiem e promovam o sector da pesca, incluindo da pesca artesanal em sentido contrário aos efeitos práticos da aplicação da Política Comum de Pescas no nosso País.	Um dos principais problemas com que o País se confronta nesta matéria é o desinvestimento do País na sua própria capacidade de monitorização dos recursos. Prova disso é o facto de, em vários Orçamentos do Estado, o Governo PS ter recusado as propostas do PCP para dotar o navio Mar Português das condições operacionais para a monitorização dos stocks dos oceanos. Reafirmamos que o País não pode estar dependente de investigação estrangeira para definir as quotas de pesca nas suas águas territoriais.
Chega			
Ergue-te	Temos sempre em atenção o equilíbrio entre o bem estar humano, a ecologia e a protecção dos recursos naturais. Pretendemos renegociar		À partida sim, mas sem se cair no extremo de critérios científicos em detrimento do bem estar

	quotas de pesca com a UE, até porque não podemos consentir que países estrangeiros andem a pescar na nossa ZEE e não sabemos se garantem a sustentabilidade das populações.		da população e do sustento de quem vive da pesca.
IL			
JPP			
Livre			
MAS	Queremos assegurar que os pescadores tenham sempre a possibilidade de explorar o suficiente para viverem bem. Julgamos que a PCP não responde a isso.	Mais uma vez, deve-se assegurar o investimento necessário para que a exploração seja o mais sustentável possível sem retirar rendimentos aos pescadores. A letra da PCP não assegura isso.	Por pareceres científicos, pelos interesses dos pescadores, do país e do ambiente.
MPT			
Nós, Cidadãos			
PAN			
PCTP/MRPP			
PPM			
PPD/PSD			
PS			
PTP			
RIR			

Volt Portugal



Quadro 2 – Respostas dos partidos e respetivos comentários sobre a área temática “Áreas Marinhas Protegidas”

(legenda: verde – concordante com as posições da Sciaena; amarelo – apenas em parte concordante com as posições da Sciaena, não clara ou não respondida; vermelho – discordante das posições da Sciaena; cinzento – sem resposta)

B – Áreas Marinhas Protegidas		
	B1	B2
ADN		
Aliança		
BE		
CDS-PP		
CDU	Mas esse objectivo deverá ser compatibilizado com as necessidades e realidades específicas do nosso País, em detrimento de uma meta abstrata e desligada do contexto nacional como propõe a UE	
Chega		
Ergue-te		
IL		
JPP		
Livre		
MAS	Pode até ser mais, o que não pode é ser usado para garantir apenas espaço de pesca aos grandes pesqueiros internacionais.	Não passamos cheques em branco, apoiaremos e lutaremos por um binómio de salvaguarda na natureza e dos seus recursos, junto com as necessidades pesqueiras nacionais.

MPT		
Nós, Cidadãos		Há muita demagogia e alguma ideologia nestas acções, dependendo de quem as propõe. Apenas "Portugal" é demasiado vago.
PAN		
PCTP/MRPP		
PPM		
PPD/PSD		
PS		
PTP		
RIR		
Volt Portugal		

Quadro 3 – Respostas dos partidos e respetivos comentários sobre a área temática “Lixo marinho”

(legenda: verde – concordante com as posições da Sciaena; amarelo – apenas em parte concordante com as posições da Sciaena, não clara ou não respondida; vermelho – discordante das posições da Sciaena; cinzento – sem resposta)

	C – Lixo marinho		
	C1	C2	C3
ADN	Não estou suficientemente informado sobre a diretiva		
Aliança			
BE			
CDS-PP			
CDU			
Chega			
Ergue-te		Tendencialmente sim, sem se cair no extremo de escravidão do homem perante o ambiente.	
IL			
JPP			
Livre			
MAS			
MPT			

Nós, Cidadãos			
PAN			
PCTP/MRPP			
PPM			
PPD/PSD			
PS			
PTP			
RIR			
Volt Portugal			

Quadro 4 – Respostas dos partidos e respetivos comentários sobre a área temática “Recursos não vivos”

(legenda: verde – concordante com as posições da Sciaena; amarelo – apenas em parte concordante com as posições da Sciaena, não clara ou não respondida; vermelho – discordante das posições da Sciaena; cinzento – sem resposta)

	D – Recursos não vivos		
	D1	D2	D3
ADN		é necessário avaliar potenciais danos ambientais	O impacte ambiental é que tem de ser realizado antes de qualquer decisão
Aliança			
BE			
CDS-PP			
CDU	Para a CDU o País tem o direito de conhecer os recursos que existem no seu território. Neste sentido, defendemos a separação entre as actividades de pesquisa e prospecção, das actividades de exploração. Simultaneamente, a melhor forma de defender os interesses ambientais é a de assegurar que o abastecimento energético do País é controlado por empresas públicas e não subsidiário do lucro dos grupos económicos privados.		
Chega			
Ergue-te		Depende. terá de ser avaliado cada caso.	Sim, por princípio, mas sem utopias.
IL			

JPP			
Livre			
MAS		Uma moratória não chega, não precisamos de minerar o fundo do mar, pelo menos para o tipo de exploração actual.	
MPT		Uma moratória apenas adia um problema gravíssimo, deve-se implementar de imediato a proibição da mineração em mar profundo	
Nós, Cidadãos			
PAN		Pretendemos garantir que a mineração marítima não avance	
PCTP/MRPP			
PPM		Depende da fundamentação e do conteúdo concreto da moratória.	
PPD/PSD	manifesta abertura para a análise/discussão do doc. referido		
PS			
PTP			
RIR			
Volt Portugal		Não, mas apoiará a regulação e fiscalização das eventuais minerações consoante melhores práticas europeias	

Quadro 5 – Respostas dos partidos e respetivos comentários sobre a área temática “Transporte marítimo”

(legenda: verde – concordante com as posições da Sciaena; amarelo – apenas em parte concordante com as posições da Sciaena, não clara ou não respondida; vermelho – discordante das posições da Sciaena; cinzento – sem resposta)

	E – Transporte marítimo
	E1
ADN	
Aliança	
BE	
CDS-PP	
CDU	
Chega	
Ergue-te	Mais uma vez. Sim, tendencialmente, com conta peso e medida, mas sempre sem submissão a ambientalismos extremos que penalizem o progresso e o bem estar económico das nações e suas populações.
IL	
JPP	
Livre	
MAS	
MPT	

Nós, Cidadãos	
PAN	
PCTP/MRPP	
PPM	
PPD/PSD	
PS	
PTP	
RIR	
Volt Portugal	

Quadro 6 – Respostas dos partidos e respetivos comentários sobre a área temática “Governança e transparência”

(legenda: verde – concordante com as posições da Sciaena; amarelo – apenas em parte concordante com as posições da Sciaena, não clara ou não respondida; vermelho – discordante das posições da Sciaena; cinzento – sem resposta)

	F – Governança e transparência
	F1
ADN	
Aliança	
BE	
CDS-PP	
CDU	
Chega	
Ergue-te	Isso é irrealista e pode funcionar como força de bloqueio. As decisões têm de ser tomadas com conhecimento, responsabilidade e bom senso, mas envolver "gregos e troianos" é pura utopia.
IL	
JPP	
Livre	
MAS	
MPT	

Nós, Cidadãos	Seremos sempre a favor da transparência em todos os processos, mas também pela defesa da língua portuguesa. Stakeholders é estrangeiro.
PAN	
PCTP/MRPP	
PPM	
PPD/PSD	
PS	
PTP	
RIR	
Volt Portugal	

Quadro 7 – Respostas dos partidos e respetivos comentários sobre a área temática “Financiamento”

(legenda: verde – concordante com as posições da Sciaena; amarelo – apenas em parte concordante com as posições da Sciaena, não clara ou não respondida;

vermelho – discordante das posições da Sciaena; cinzento – sem resposta)

	G – Financiamento		
	G1	G2	G3
ADN	Verde	Verde	Verde
Aliança	Cinzento	Cinzento	Cinzento
BE	Verde	Verde	Verde
CDS-PP	Verde	Verde	Vermelho
CDU	O PCP tem sido a única força política que tem apresentado em sucessivos orçamentos do Estado propostas neste sentido como o que já foi referido em relação ao Navio Mar Portugal	Verde	Apoiaremos esses esforços desde que os mesmos não sejam erradamente utilizados para degradar ainda mais o sector das pescas no nosso País
Chega	Verde	Assunto a ser estudado com maior detalhe, não podendo o CHEGA comprometer-se com essa promessa eleitoral.	Verde
Ergue-te	Verde	Vermelho	Verde
IL	Cinzento	Cinzento	Cinzento
JPP	Verde	Verde	Verde
Livre	Verde	Verde	Verde

MAS		Se a alocação se destinar efectivamente às iniciativas e não à criação de burocracia, sim.	Somos contra os subsídios aos grandes pesqueiros, aos pescadores somos a favor de investimento na sua capacidade de exploração sustentável, não aceitamos deixá-los sem mar e sem terra.
MPT			
Nós, Cidadãos		É uma pergunta falaciosa. Existe muito mais conservação do meio marinho para além das pescas e 25% parece-nos um exagero em relação ao que já existe e que é um controlo e monitorização quase total.	
PAN			
PCTP/MRPP			
PPM			
PPD/PSD		se esta questão for discutida, poderei apoiar.	
PS			
PTP			
RIR		Não posso garantir percentagens no entanto sim, estes pontos são de grande importância para nós e devem fazer parte das várias medidas referidas na secção A deste questionário	
Volt Portugal		A alocação deverá ser maior do que é atualmente. O valor percentual preciso depende de fatores dos quais não estamos informados. Teríamos todo o interesse em obter mais informação deste assunto por parte da Sciaena.	

Quadro 8 – Respostas dos partidos e respetivos comentários sobre a área temática “Controlo e monitorização”

(legenda: verde – concordante com as posições da Sciaena; amarelo – apenas em parte concordante com as posições da Sciaena, não clara ou não respondida; vermelho – discordante das posições da Sciaena; cinzento – sem resposta)

H – Controlo e monitorização			
	H1	H2	H3
ADN	Ter "Estados Policiais" é o primeiro passo para o fim da democracia. Estou certo que o problema não estão nas embarcações com menos de 12 metros.	Se for uma decisão para todos os países, sim.	Se um conjunto de medidas anunciadas anteriormente forem tomadas, esta questão não faz sentido do ponto de vista da preservação. A minha preocupação é a preservação ambiental, nomeadamente ao nível do ecossistema dos mares e esta questão não tem a ver com esse proposito.
Aliança			
BE	O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda considera que a monitorização da pesca no país deve ser melhorada, incluindo a que diz respeito à pequena pesca. Para isso, podem ser utilizados sistemas de monitorização em tempo real, que recorrem a GPS, e que permitem conhecer em termos espaciais e temporais o esforço de pesca, as artes de pesca utilizadas, entre outros parâmetros, sem custos significativos para os profissionais da pesca e que garantem a proteção da informação recolhida. Estes sistemas que são já utilizados num número limitado de embarcações envolvidas na captura de bivalves devem ser alargados a grande parte da frota da pequena pesca.		

CDS-PP			
CDU		Sim, desde que essas mesmas obrigações não criem ainda maiores dificuldades à pesca artesanal, pervertendo o objectivo enunciado	Sim, desde que essas mesmas obrigações não criem ainda maiores dificuldades à pesca artesanal, pervertendo o objectivo enunciado
Chega	O CHEGA defende o princípio da Auto-responsabilidade e a geo-localização de pequenas embarcações parece violar o princípio de liberdade. É também uma medida de grande investimento financeiro para o tipo de actividade piscatória que uma embarcação menor de 12 metros poderá desenvolver. Além disso, será mais um entrave burocrático a uma actividade do sector primário. Estamos, ainda assim, dispostos a avaliar a proposta da CE.	O CHEGA defende o princípio da Auto-responsabilidade e o diário de bordo eletrónico de pequenas embarcações parece violar o princípio de liberdade. É também uma medida de grande investimento financeiro para o tipo de actividade piscatória que uma embarcação menor de 12 metros poderá desenvolver. Além disso, será mais um entrave burocrático a uma actividade do sector primário. Estamos, ainda assim, dispostos a avaliar a proposta da CE.	
Ergue-te			
IL			
JPP			
Livre			
MAS	Como forma de protecção e segurança sim, como forma de mais uma vez prejudicar os pequenos pescadores não.	Desde que forma transparente e não manipuladora dos interesses dos grandes pesqueiros.	Em princípio, sim.
MPT			
Nós, Cidadãos	Algumas dessas embarcações não possuem capacidade técnica para tal possibilidade. O esforço de pesca da chamada pequena pesca ou pesca artesanal é irrisório comparado com a pesca agremiada. Não devemos complicar aquilo que é simples. Defendemos em vez desta medida	Idem da H1, com o acrescento de que alguns destes pescadores mal sabem ler.	Mais uma vez, tudo muito bonito do ponto de vista teórico, mas complexo, burocrático e inoperante na visão prática dos assuntos no terreno. Desde há cerca de 20 anos que defendemos a tradição da arte xávega (por exemplo), nada mais linear e transparente que a

	a educação ambiental e a consciencialização das comunidades piscatórias para a sustentabilidade dos recursos marinhos. Muitos deles já o fazem, até por conhecimento empírico de gerações sucessivas.		venda do pescado directamente aos banhistas (consumidor final) no areal da praia assim que as embarcações chegam. Completamente inviável, mais uma vez, consciencialização e isenção de impostos são as nossas propostas.
PAN		Iremos implementar o projeto de monitorização eletrónica da pesca comercial e proceder à contratação de observadores marítimos a bordo das embarcações de pesca comerciais.	Iremos completar a informação no rótulo da embalagem com o método de captura e a proveniência dos animais marinhos capturados
PCTP/MRPP			
PPM			
PPD/PSD			
PS			
PTP			
RIR			
Volt Portugal			O Volt Portugal opta geralmente pela utilização de incentivos ao invés da obrigatoriedade. Ainda assim gostaríamos de obter mais informação pela parte da Sciaena do impacto real desta medida e dos seus prós e contras, se tal for possível.

Quadro 9 – Respostas dos partidos e respetivos comentários sobre a área temática “Marítimo-turísticas”

(legenda: verde – concordante com as posições da Sciaena; amarelo – apenas em parte concordante com as posições da Sciaena, não clara ou não respondida; vermelho – discordante das posições da Sciaena; cinzento – sem resposta)

	I – Marítimo-turísticas
	I1
ADN	Verde
Aliança	Cinzento
BE	Verde
CDS-PP	Verde
CDU	Verde
Chega	Verde
Ergue-te	Vermelho
IL	Cinzento
JPP	Verde
Livre	Verde
MAS	Verde
MPT	Verde

Nós, Cidadãos	Cada ZPE tem um regulamento próprio e na maioria nem são permitidas actividades MT. Quanto aos impactes, faltam estudos científicos a comprovar.
PAN	
PCTP/MRPP	
PPM	
PPD/PSD	
PS	
PTP	
RIR	
Volt Portugal	